

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL N° 079**

Período: de 01/05/03 a 09/05/03

Franca – Brasil

- 1 – Segundo Departamento de Estado norte-americano, região da Tríplice Fronteira está livre de atividades da Al-Qaeda
- 2 – Marinha apura falha de laudo e realiza nova inspeção para esclarecer naufrágio do *Tona Galea*
- 3 – Propostas para reforma da Previdência não agradam militares e magistrados
- 4 – Viegas comenta Feira de Defesa na América do Sul
- 5 – Acordo prevê desenvolvimento de tecnologia nuclear
- 6 – Revisão do passado I
- 7 – Brasil coordenará operação antinarcotráfico
- 8 – Revisão do passado II
- 9 – Brasil busca apoio para integrar Conselho de Segurança da ONU
- 10 - Erro em decreto extingue órgão da Polícia Federal que trabalha junto com Exército
- 11 – Revisão do passado III
- 12 - Metalúrgicos do Exército permanecem em greve
- 13 - Diretriz Geral do Exército de 2003 rejeita atuar contra crime nas ruas, entretanto...
- 14 –... ministro oferece tropas do Exército para patrulhamento no Rio
- 15 – Reestruturação da aviação civil sob comando do Ministério da Defesa
- 16 - Entidades denunciam que EUA querem controlar Amazônia
- 17- Coronel do Exército assume Subsecretaria de Inteligência-
- 18 - Coluna aponta “calote” no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)
- 19 – Editorial critica utilização das Forças Armadas em segurança pública no Rio de Janeiro

Segundo Departamento de Estado norte-americano, região da Tríplice Fronteira está livre de atividades da Al-Qaeda.

Segundo o manual “Patronos do Terrorismo”, publicado pelo Departamento de Estado norte-americano, a região da Tríplice Fronteira, formada por Brasil, Paraguai e Argentina ainda é uma região sob suspeita de atividades que financiam grupos terroristas, como o Hamas e o Hezbollah. No entanto, segundo a publicação, os agentes da inteligência americana presentes na região não têm “informações confiáveis” sobre a atuação da Al-Qaeda, embora em 2002 a imprensa houvesse veiculado referências neste sentido. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/05/03).

Marinha apura falha de laudo e realiza nova inspeção para esclarecer naufrágio do *Tona Galea*

Segundo o *Jornal do Brasil*, só a Marinha pode dizer, em seu laudo pericial, se o naufrágio da escuna Tona Gálea ocorreu por condições naturais impróprias para navegação (ventos fortes e mar agitado). Nesse caso, isso implicaria responsabilidade do órgão, pois a própria Capitania dos Portos liberou os barcos no dia do incidente. À espera de uma conclusão da Marinha, o delegado da 126ª Delegacia de polícia (Cabo Frio), José Omena, afirma que não há

outro órgão competente para avaliar as causas do naufrágio. Ele critica as atribuições dadas à Capitania dos Portos e diz que se o laudo apontar para a ação exclusiva de motivos naturais, ficará afastada a responsabilidade penal do comandante e do dono do barco, assim como dos engenheiros que assinaram a reforma da escuna. De acordo com o delegado, é impossível que as investigações não cheguem a nenhuma conclusão. A Marinha realizou na quarta-feira (7 do maio) nova perícia da embarcação e, no mesmo dia, foi realizada uma audiência pública que reuniu os envolvidos no naufrágio. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o deputado Bernardo Ariston afirmou que a Marinha havia solicitado o adiamento da audiência, que ocorreria uma semana antes, e marcado a perícia na mesma data e horário do evento. Segundo o deputado, a manobra foi uma tentativa da Marinha de esvaziar a audiência. O 1º Distrito Naval, que responde pela Marinha no Rio de Janeiro, alegou que a inspeção foi marcada antes da audiência, na qual estavam presentes o comandante da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho; o comandante da Capitania dos Portos de Cabo Frio, capitão-tenente Luiz Alberto Campos da Silva, o secretário de Turismo de Cabo Frio, Carlos Vítor, o presidente do Crea-RJ, Reinaldo Barros, o dono e comandante do *Tona Galea*, Norberto da Silveira, e o delegado da 126ª Delegacia de Polícia (Cabo Frio), José Omena. (*Jornal do Brasil* – Rio - 02/05/03; *Jornal do Brasil* – Rio – 07/05/03).

Propostas para reforma da Previdência não agradam a militares e magistrados  
Segundo *O Estado de S. Paulo*, têm transitado pelos grupos de trabalho do Ministério da Previdência propostas para as reformas que desagradam aos militares, e que são fundamentalmente três: limitar as pensões de militares para 70% do soldo total dos oficiais da reserva, aumentar a contribuição mensal de 7,5% para 11% e eliminar as pensões para as filhas de militares que ainda não as recebem. O governo pretende ainda, de acordo com o *Correio Braziliense*, fazer a revisão de 3 mil benefícios de ex-combatentes reajustados desde 2000, sugerindo a limitação dos valores ao teto do INSS – hoje, de R\$ 1.561,00). Segundo os militares, a contribuição de 11% já é feita atualmente, uma vez que além da de 7,5% para a previdência, são pagas ainda a de saúde, de 2%, e a das pensões para as filhas, de 1,5% dos salários. Além disso, os presidentes do Superior Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) criticaram também a idéia de dar tratamento diferenciado aos militares, que já têm garantidas as aposentadorias integrais, ao contrário dos magistrados. Segundo os ministros do STF e do TST, ambas as categorias não podem exercer outras atividades que não as do serviço público, e, portanto, deveriam ter garantidos os mesmos direitos. De acordo com *O Globo*, está para ser enviado ao Congresso o projeto de lei que altera o regime de aposentadoria de militares. O texto está sendo concluído pelo Ministério da Defesa e terá tramitação paralela à reforma da Previdência. Segundo o projeto, deverá haver duas mudanças: o tempo de permanência na ativa subirá de 30 para 32 anos e os cadetes das escolas de formação passarão a descontar a contribuição. Na atual situação, os militares não contribuem enquanto estão na academia, mas os anos de estudo são considerados para fins de aposentadoria (reserva). Embora tenha defendido o aumento da contribuição dos militares para 11% - alíquota paga pelos servidores públicos -, o governo recuou e manterá os atuais 7,5%. Os comandantes das três forças, o

brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno (Aeronáutica), o general Francisco Roberto de Albuquerque (Exército) e o almirante Roberto de Guimarães Carvalho (Marinha), manifestaram na segunda-feira (5) a insatisfação das tropas com a proposta de redução do valor das pensões a 70% do benefício. As críticas foram apresentadas em reunião com o ministro da Defesa, José Viegas, e baseiam-se na alegação de que o Estatuto dos Militares e as leis relativas a pensões e remunerações das Forças Armadas determinam que suas contribuições sejam destinadas ao pagamento de pensão a seus dependentes. Os comandantes chegaram a afirmar que caso a proposta seja aprovada pelo Congresso, os militares recorrerão à Justiça. O ministro defende a pensão para filhas de militares, conforme afirmou durante audiência pública na Comissão de Previdência da Câmara. Segundo ele, com as mudanças na Lei de Remuneração dos Militares (LRM), em 2000, foi criada uma regra de transição, segundo a qual os militares passaram a pagar 1,5% do contracheque para garantir a pensão e quem entrou na carreira depois desta data não pode usufruir deste direito. Alguns casos de militares que estão tentando garantir seus direitos por meio da Justiça já começam a aparecer: um juiz do STJ concedeu aposentadoria especial a um oficial que se deslocou da costa do Estado do Paraná para a do Estado de Santa Catarina; também o fez para ex-combatentes – cujos vencimentos podem chegar a até R\$ 45 mil - da Segunda Guerra Mundial, entendendo que estes também correram risco de vida naquele momento, mesmo que “abstrato”, como colocaram os ministros. Tal decisão estabelece uma jurisprudência no assunto, que antes ainda causava controvérsias dentro do tribunal. Os militares federais não têm fundo previdenciário, descontam 7,5% do vencimento bruto, inclusive na inatividade, para fins de pensão. Além desse percentual, pagam outros 3,5% para o fundo de saúde: esse foi o argumento apresentado pela Defesa para defender a manutenção do atual valor da contribuição. Apesar da proposta trazer poucas alterações no regime de aposentadoria dos militares, dados do Ministério da Previdência apontam um déficit de R\$ 10,8 bilhões, em 2003. Em 2031, o rombo será de R\$ 16 bilhões. O aumento da permanência do militar em atividade traria poucos impactos no déficit, uma vez que ele continua contribuindo para a pensão quando vai para a reserva, mas segundo técnicos da Defesa, a medida pode trazer algumas economias com o aumento dos prazos de promoções e redução no número de concursos. A assessoria parlamentar das Forças Armadas considera que dificilmente os militares conseguirão livrar-se da reforma da Previdência pelo fato da necessidade das reformas ser consenso no governo e pelo partido governista deter a maioria na Câmara. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/05/03; O Globo - O País - 03/05/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/05/03; O Globo – O País – 06/05/03; Correio Braziliense – Política – 09/05/03)

#### Viegas comenta Feira de Defesa da América do Sul.

Na edição do dia 2 de *O Globo*, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, opinou sobre a reunião dos ministros da Defesa da América do Sul, que aconteceu no dia 23 de abril, junto com a Feira de Defesa da América Latina. Segundo o ministro, esta é a primeira vez na História que os ministros da Defesa da região se reuniram no âmbito específico da América do Sul, e para Viegas isto revela que a região já atingiu maturidade para alcançar uma identidade política e estratégica própria. Viegas afirmou que esta identidade é

estruturada sobre a base da democracia e da paz, acrescentando que todos os países da América do Sul vivem em democracias politicamente consolidadas, tendo, portanto, estabilidade para concentrar esforços nas tarefas de corrigir os desequilíbrios sociais que os afetam. Os ministros reunidos, de acordo com Viegas, preocupam-se em solucionar problemas reais alcançar degraus mais altos de desenvolvimento social e econômico, além da superação de questões do passado que separavam as nações. A proteção dos territórios e das instituições contra as atividades do crime organizado também foi mencionada pelo ministro neste encontro. Segundo Viegas, a nova perspectiva de união entre estes países possui objetivos como a ampliação de exercícios conjuntos e atividades compartilhadas. Ademais, a realização da feira é uma oportunidade para imaginar a região como um mercado integrado de bens e serviços de uso militar e de uso dual (civil e militar), como ocorre em diversas partes do mundo. (O Globo – Opinião -02/05/03).

#### Acordo prevê desenvolvimento de energia nuclear

Segundo a *Folha de S. Paulo*, ao defender o programa nuclear brasileiro e a retomada da construção da usina de Angra 3, no Rio de Janeiro, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, pode estar desagradando a parcelas ligadas ao mundo acadêmico e ambiental, todavia, ele tem o apoio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme apurado pelo jornal, o reinício dos trabalhos de Angra 3 foi acertado discretamente, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre a então equipe do Ministério de Ciência e Tecnologia e os seus interlocutores no Partido dos Trabalhadores (PT). Essa resolução, que é do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), foi aprovada em setembro de 2002, às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial, quando Luiz Inácio Lula da Silva já era considerado virtualmente eleito. A *Folha* liga ao ocorrido a posse do ministro Roberto Amaral, quando este se envolveu numa polêmica ao defender o desenvolvimento de tecnologia para a fabricação da bomba atômica. Em meio a este debate, o ministro defendeu - e defende, segundo o jornal -, que se trata de tecnologia nuclear para fins pacíficos – como em projetos na área de medicina -, e não para a produção de artefatos bélicos. O desenvolvimento tecnológico na área nuclear tem R\$ 12,593 milhões previstos no Orçamento da pasta, além de outros R\$ 15,762 milhões para segurança nuclear. Segundo Amaral, o Brasil é o único país que se posicionou contra a política de proliferação nuclear por dispositivo constitucional. Além disso, permite a fiscalização pela Agência Internacional de Instalações Militares: "Somos contra a proliferação nuclear, signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares", afirmou o ministro, ao comentar sobre a declaração a respeito da bomba atômica. (Folha de S. Paulo – Brasil - 04/05/03)

#### Revisão do passado I

Segundo o jornal O Globo, em sua edição de quarta-feira (4), Oswaldo Pereira Gomes, general da reserva, recrutado como representante das Forças Armadas na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça no final da década de 90, é hoje advogado de José Moreira Lanna, ex-militante político e fundador do movimento rural "Liga Camponesa" em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Gomes, que foi contrário à concessão do benefício à família do ex-guerrilheiro Carlos Mariguella – morto pela repressão -

representa hoje na Comissão de Anistia um acusado de subversão política. O general da reserva Oswaldo Pereira Gomes diz não enxergar nisto qualquer contradição e acredita que seu cliente deve ter direito à indenização de R\$ 100 mil, valor máximo pago como reparação econômica. Segundo ele, sua atitude é coerente, pois “sempre votou com isenção e dentro da lei”. Ele admite nunca ter negado que tenha havido torturas nos porões, mas diz lamentar-se profundamente que os militares mortos pelos comunistas sejam tratados como “segunda classe”. José Moreira Lanna diz que o general é amigo da família e por isto pediu que o defendesse. Disse acreditar estar sendo bem representado e que “não considera o general um reacionário”. (O Globo - O País - 04/05/03)

#### Brasil coordenará operação antinarcostráfico

O Comando Militar da Amazônia (CMA) vai coordenar a segunda maior operação combinada entre as Forças Armadas para combater refluxos do narcotráfico e da guerrilha na fronteira entre Brasil, Colômbia e o Peru. Denominada de Operação Timbó, a manobra deve ocorrer até junho "nos mesmos moldes da Operação Tapuru, realizada em maio de 2002", disse o comandante do CMA, general-de-exército Cláudio Barbosa de Figueiredo, à *Folha de S. Paulo*. A Operação Tapuru, realizada entre 20 e 25 de maio do ano passado na Amazônia, com o intuito de amenizar os conflitos ocorridos durante período eleitoral colombiano, aconteceu apenas na fronteira do Brasil com a Colômbia. Com a inclusão do Peru, será a primeira vez que a fronteira com o Acre será incluída em uma manobra militar com diretrizes específicas do Ministério da Defesa. No total, serão vigiados 4.639 km de fronteira, por meio de tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Segundo o general, a operação terá como prioridade ações de intensificação de vigilância nas fronteiras, mediante o patrulhamento dos rios e o controle do espaço aéreo e terrestre. A operação será também a primeira a usar a tecnologia dos radares coordenados pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), parte integrante do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). De acordo com o general Barbosa, isto possibilitará a disponibilidade de imagens e comunicações utilizadas na operação. O coordenador do SIPAM, Edgar Fagundes Filho, afirmou à *Folha de S. Paulo* que os radares de longo alcance fixados nas aeronaves “R-99 A” podem detectar o movimento de aviões de narcotráfico a uma distância de cerca de 200 Km dentro do território colombiano, sem sair da linha de fronteira brasileira. Os recursos de manutenção dessas aeronaves na operação podem sair do próprio Sipam. A data exata da operação ainda não foi divulgada porque o Ministério da Defesa ainda não disponibilizou todos os recursos destinados às ações. Mais de 4.000 soldados participarão da nova operação. Além das Forças Armadas, o CMA contará com as participações de Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e Secretarias de Segurança Pública e Polícia Militar dos Estados do Acre e Amazonas. (Folha de S. Paulo – Brasil - 04/05/03; Folha de S.Paulo – Brasil - 05/05/03)

#### Revisão do passado II

A *Folha de S. Paulo* noticiou no dia 04 a obtenção de documentos inéditos sobre a guerrilha do Araguaia que reforçam indícios de que uma das 11 ossadas que estão em Brasília à espera de identificação seja a do médico gaúcho João Carlos Hass Sobrinho. Os documentos, datilografados com o

cabeçalho "Documento apreendido pela 3ª Brigada de Infantaria de Terroristas que agem na região SE do Pará", estão organizados em anexos dispostos em ordem alfabética, e integram os arquivos do general Antonio Bandeira, que comandou as ações militares no Araguaia em 1972. A suposta ossada de Hass foi descoberta em um cemitério em Xambioá, em 1996, e trazida para Brasília juntamente com outras quatro. Duas delas foram devolvidas ao local em fevereiro passado e enterradas depois que um laudo de peritos argentinos descartou a possibilidade de pertencerem a guerrilheiros. Outro anexo dos documentos reproduz a caderneta de anotações de um dos guerrilheiros, provavelmente do próprio Hass, hipótese que pode ser levantada tanto pelas descrições quanto pela coincidência de datas. As anotações se encerram em 25 de setembro. Hass foi morto por militares em um combate em 30 de setembro de 1972. A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada ao Ministério da Justiça, vai se reunir ainda em maio e deve propor o encaminhamento das três ossadas, levadas para Brasília em 1996, para identificação na Universidade de São Paulo. As oito restantes estão sob a guarda da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e aos cuidados do Instituto Médico Legal de Brasília. Há tentativas – ainda tímidas –, coordenadas pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh para proceder à identificação. A primeira delas é montar um banco de DNA das famílias dos guerrilheiros para fazer a comparação com essas ossadas, já que, segundo Greenhalgh, a identificação por exame morfológico não é possível. O Centro de Comunicação Social do Exército (Ccomsex), em *e-mail* enviado à *Folha*, negou a existência de arquivos sobre a guerrilha do Araguaia. O centro informou ainda que não detém a guarda de documentos cujo conteúdo reporte, conforme foi questionado pela reportagem, anotações, cartas ou procedimentos dos militantes relacionados. Em notícia publicada no dia 04/05, intitulada "Exército nega ter documentos sobre militares", a *Folha* expõe na íntegra a nota enviada pelo Exército que argumenta, entre outras coisas, que "esta Força não se responsabiliza por informações de terceiros ou documentos de arquivos pessoais". (Folha de S. Paulo – Brasil - 04/05/03)

#### Brasil busca apoio para integrar o Conselho de Segurança da ONU

A suposição de que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoverá modificações em seu Conselho de Segurança (CS) está mobilizando o Itamaraty na tentativa de conseguir apoio para que o Brasil integre o Conselho como membro permanente. Segundo o *Estado de S. Paulo*, esse projeto data do governo do presidente Itamar Franco, quando o então chanceler Celso Amorim, ciente da possibilidade de alterações no sistema das Nações Unidas, sondou chancelarias de outros países para analisar as possibilidades de uma candidatura brasileira no caso da abertura de uma vaga no Conselho. Agora, apostando novamente que a estrutura da ONU sofrerá modificações, o Brasil tem buscado apoio junto a outros países para uma eventual candidatura a membro permanente. Além da Rússia, que se demonstrou simpática ao projeto, Venezuela, Bolívia, Peru e França manifestaram-se favoravelmente quanto aos planos do Itamaraty. (O Estado de S. Paulo – Editorial – 05/05/03)

### Erro em decreto extingue órgão da Polícia Federal que trabalha junto com Exército

Um decreto publicado no Diário Oficial da União, do dia 30 de abril de 2003, extinguiu a Diretoria de Inteligência, órgão chave da Polícia Federal para o combate ao crime organizado. A Diretoria trabalha em conjunto com o Exército no Rio de Janeiro. A eliminação do órgão deu-se por um erro no decreto, que deve ser revisto por ordem do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. (O Estado de S. Paulo – Cidades – 06/05/03)

### Revisão do passado III

Um ato na Prefeitura de São Paulo reuniu representantes de entidades de direitos humanos, políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos para homenagear o militante Manoel Lisboa de Moura, morto durante o governo militar, em 1973. Lisboa fundou o Partido Comunista Revolucionário (PCR). (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/05/03)

### Metalúrgicos do Exército permanecem em greve

Os metalúrgicos da indústria de material bélico do Exército brasileiro, a Imbel, decidiram na quarta-feira (7), que continuarão a greve iniciada em 28 de abril. Eles reivindicam um aumento salarial de 19% e as renovações da convenção coletiva e da data base. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá, que é ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Imbel conta com 350 empregados que recebem salários de R\$270,00. A direção da indústria não apresentou contrapropostas e disse depender de verbas do Ministério da Defesa. Os grevistas anunciaram que farão uma caravana para Brasília no dia 12 de maio para pedir uma audiência com o ministro da Defesa, José Viegas Filho. A fábrica de Itajubá, no Estado de Minas Gerais, produz pistolas, fuzis, metralhadoras e granadas para uso exclusivo do Exército. Além dessa fábrica, a Imbel tem outras quatro unidades que não estão em greve – duas no Estado do Rio de Janeiro, uma em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais e outra em Piquete, no Estado de São Paulo. (Folha de S. Paulo – Dinheiro - 07/05/03)

### Diretriz Geral do Exército de 2003 rejeita atuar contra crime nas ruas; entretanto...

O documento com a Diretriz Geral do Exército Brasileiro de 2003, elaborado pelo comandante da Força, general Francisco Roberto de Albuquerque, foi entregue a todas as unidades militares do País. O jornal *Folha de S. Paulo* teve acesso ao texto, que rejeita a ação direta do Exército no combate à crise de segurança pública no país. O documento defende o "aperfeiçoamento e desenvolvimento, ainda que incipiente e modesto, dos instrumentos federais e estaduais de segurança pública, aliviando as solicitações ao Exército e sua participação na manutenção da lei e da ordem". De acordo com entrevista concedida pelo comandante Albuquerque ao mesmo jornal, o aperfeiçoamento e desenvolvimento a que ele se refere compreenderiam ações estratégicas, como a intensificação do combate à lavagem do dinheiro, o aperfeiçoamento dos sistemas de inteligência, o endurecimento da legislação prisional e medidas sociais de impacto na saúde pública, educação, habitação, saneamento e emprego. A preocupação específica da Força, revelada pela Diretriz de 2003, seria "acompanhar a evolução do quadro da segurança pública, com atenção às áreas em que a capacidade do aparato policial das

unidades da Federação para manter a lei e a ordem esteja se esgotando". Esse acompanhamento é tido como prioritário, já que os militares rejeitam o uso das tropas como força policial. Segundo o general Albuquerque, o Exército irá prosseguir cooperando com os organismos policiais, federais e estaduais, em cumprimento às diretrizes do presidente, com mais condições de atuação no apoio logístico e nas ações integradas de inteligência, com o intuito de recuperar e manter um nível de segurança pública que garanta tranquilidade à população. Dessa maneira, o general determinou que os comandantes regionais ampliem os contatos com os responsáveis pela segurança pública nos governos estaduais, como uma forma de atender parcialmente à demanda por ações do Exército nesta área. A Diretriz Geral traz as linhas de ação para este ano definidas pelo comando militar, e já havia sido concluída por Albuquerque no começo de fevereiro, mesmo mês em que o comandante recebeu a solicitação para colocar o Exército nas ruas para conter a crise da segurança pública no Rio de Janeiro, causada pelo tráfico de drogas e o crime organizado. Embora contrário à medida, o Exército enviou 3.000 homens para policiador o Rio por 15 dias, na chamada Operação Guanabara. A rejeição para a utilização do Exército nas ruas deve-se à falta de treinamento específico das tropas para ações de policiamento e ao nunca publicamente assumido temor de infiltração da corrupção do tráfico entre os recrutas. O general Albuquerque defende que os contatos com os órgãos do Judiciário e o Ministério Público sejam intensificados, na tentativa de quebrar preconceitos históricos e tornar o Exército e as peculiaridades das missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) mais conhecidos. Ele ainda afirma que a instituição tem de "conviver com preconceitos estereotipados, interesses políticos conflitantes e com baixo nível de conhecimento dos assuntos de defesa por parte das elites do país". Ainda na entrevista, ele defende o "progressivo incremento da expressão internacional do país", prevê o "aumento de contenciosos", e, em razão disso, propõe a "priorização do relacionamento militar com os EUA e a Espanha", além dos países sul-americanos, e coloca o treinamento de combates em centros urbanos como uma de suas prioridades para este ano, mas na hipótese de enfrentamento de um inimigo externo. A questão financeira é uma das preocupações da Diretriz, pois espera-se que a situação econômica desfavorável seja superada e o efetivo de 200 mil militares seja mantido, mas admite-se que o número de recrutas para o serviço militar obrigatório este ano pode ser menor. O orçamento do Ministério da Defesa, que compreende os comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, é de R\$ 26 bilhões, dos quais R\$ 19 bilhões são para gastos com pessoal, da ativa e da reserva. Sobram R\$ 4,6 bilhões para custeio e investimentos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/05/03)

#### ... ministro oferece tropas do Exército para patrulhamento no Rio

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, afirmou no dia 7 que as tropas do Exército podem voltar a policiador as ruas se houver um novo pedido do governo do Rio de Janeiro. A declaração foi dada no Palácio do Planalto antes do início da reunião do general com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e o ministro da Defesa, José Viegas. O encontro teve como pauta a segurança pública no Brasil. Embora o principal assunto da reunião tenha sido a crise de segurança no Estado do Rio de Janeiro, outros



assuntos também foram abordados. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, declarou essa semana que no Rio o cenário é de “descontrole”. O general Jorge Armando Félix disse que a situação da cidade é preocupante e que existe uma força em condições de atuar assim que o governo do Estado solicitar. “O Exército do Rio não se desmobilizou”, afirmou. A governadora do Rio, Rosinha Matheus considerou a hipótese dos militares voltarem às ruas do Rio, se necessário, sem que isto, contudo, signifique uma intervenção federal; entretanto, o secretário Garotinho descartou a volta das Forças Armadas às ruas. O ministro da Justiça considera que a situação da região é grave, mas que utilizar o Exército seria “inadequado”. (O Estado de S. Paulo – Cidades – 08/05/03; O Globo – Rio – 08/05/03; Correio Braziliense – Brasil – 08/05/03; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/05/03; Jornal do Brasil – Brasil – 08/05/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 09/05/03; Jornal do Brasil – Rio – 09/05/03; Correio Braziliense – Brasil – 09/05/03)

#### Reestruturação da aviação civil sob comando do Ministério da Defesa

O ministro da Defesa, José Viegas, transmitiu no dia 07 ao presidente em exercício da Varig, Alberto Fajerman, um pedido quase em tom de exigência: que a empresa detalhe um Plano de Demissões Voluntárias para os funcionários da empresa e se disponha a negociá-lo com os trabalhadores. Admitiu que não há como não haver cortes no pessoal depois que a empresa devolveu 13 aeronaves, mas que é necessário respeitar integralmente os direitos dos trabalhadores e negociar diretamente com eles. A expectativa é de demissão de cerca de 3.500 pessoas, do total de 15 mil que trabalham diretamente em aviação na Varig. No dia 06, Viegas recebeu o presidente do Conselho Administrativo da Fundação Rubem Berta (da Varig), Gilberto Rigoni, e a presidente do Sindicato dos Aeronautas, Graziela Baggio, para justamente se comprometer com o pedido de "um processo justo de demissões". Quanto à eventual participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na futura empresa a ser criada pela fusão Varig-TAM, o ministro disse que não faz qualquer oposição. A participação foi admitida pelo presidente do BNDES, Carlos Lessa, que admitiu a possibilidade de que a nova empresa aérea seja estatal, principalmente com o fato de que a União será majoritária, terá entre 30% e 40% das ações, e os outros 60% restantes serão divididos entre a TAM (até 35%), credores estrangeiros (até 20%) e Varig (até 5%). Já existe um plano para a reestruturação do setor de aviação civil, que está sendo preparado pelo grupo de estudo coordenado pelo ministério da Defesa, que prevê a manutenção do limite de participação de capital estrangeiro nas companhias aéreas em 20%, abertura do capital da Infraero ao setor privado para a construção de aeroportos privados e medidas de fortalecimento de aviação regional envolvendo países da América do Sul. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/05/03; O Estado de S. Paulo – Economia – 07/05/03; Jornal do Brasil – Economia – 07/05/03; O Globo – Economia – 07/05/02; Correio Braziliense – Economia – 08/05/03)

#### Entidades denunciam que EUA querem controlar Amazônia

No 1º Encontro Continental Contra a Militarização, em San Cristobal de las Casas, no México, os representantes brasileiros disseram que os Estados Unidos estão tentando intensificar sua presença militar no Brasil, visando ao

controle da Amazônia. A estratégia incluiria o controle da base de lançamentos de Alcântara, no Maranhão, e o envolvimento do Exército brasileiro no Plano Colômbia. O Brasil enviou três representantes: Maria Luísa Mendonça e Luís Bassegio, da rede Grito dos Excluídos, e Gonzalo Berrón, da Campanha Continental contra o Acordo de Livre Comércio da Américas (Alca). Essas são as duas redes onde se destacam a presença do Movimento dos Sem -Terra (MST) e da ala progressista da Igreja Católica. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/05/03)

#### Coronel do Exército assume Subsecretaria de Inteligência

O coronel do Exército Romeu Ferreira, 63 anos, assumiu o comando da Subsecretaria de Inteligência, no último dia 8. A escolha do coronel deu-se por consenso entre o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, e o superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro e futuro subsecretário-geral de Segurança, delegado Marcelo Itagiba. O coronel já integrou o Centro de Inteligência do Exército e já ocupou a Subsecretaria de Inteligência por dois anos. Foi afastado em 1999, devido a acusações do então secretário de Segurança Pública, o sociólogo Luiz Eduardo Soares, de que a Subsecretaria teria grampeado telefones do Palácio Guanabara – sede do governo do Rio de Janeiro. A principal missão do coronel é reformular a área de inteligência, que vem sofrendo críticas do secretário Garotinho. O subsecretário afirmou que estabelecerá troca de informações com todos os outros órgãos de inteligência e que é necessário “trabalhar em todos os campos”. (Jornal do Brasil – Rio – 08/05/03)

#### Coluna aponta “calote” no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)

A coluna de Ricardo Boechat informou que há 40 dias estão atrasados todos os pagamentos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Segundo a coluna, todos os fornecedores – em sua maioria estrangeiros – já avisaram que anularão os contratos no fim deste mês, levando a questão para a Justiça. Ainda de acordo com a coluna, dos US\$ 375 milhões liberados pelo Eximbank – principal financiador do projeto – para a conclusão do Sivam, o governo bloqueou 92%. (Jornal do Brasil – Colunas – Boechat – 09/05/03)

#### Coluna critica utilização das Forças Armadas em segurança pública no Rio de Janeiro

O “Editorial” da *Folha de S.Paulo* do dia 9 criticou a recorrência com que é convocado o Exército para auxiliar o Estado do Rio de Janeiro quando a segurança pública deste Estado foge ao controle. Todavia, alerta o jornal, embora a Constituição brasileira autorize os Poderes a chamar as Forças Armadas quando a lei e a ordem esteja em risco, este recurso só deve ser utilizado emergencialmente, pois “pode provocar sérios efeitos colaterais”. Para o jornal, “no pior cenário, se o Exército terminasse por assumir as funções de polícia, é bastante plausível que acabasse sendo contaminado pelas mesmas forças corruptoras que contribuíram para solapar as forças da segurança pública fluminense”. A *Folha* afirmou ainda que o efeito da presença do Exército é mais psicológico que propriamente real, dado o estado de pânico em que se encontra a população do Rio. (Folha de S.Paulo – Editorial – 09/05/03)

**Sites de Referência:**

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S.Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp e Adele Godoy, bolsista CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.